

TERRITÓRIO, ESPAÇO E DEMOCRACIA: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Márcia Maria Carvalhal Britto Pimentel¹
Peter José Schweizer²

RESUMO: *Este artigo visa levantar novas perspectivas de território, espaço e democracia, a partir de uma revisão de literatura, com a intenção de problematizar a complexa dinâmica em que esses três elementos estão relacionados. Por meio de uma análise qualitativa, buscou-se a elaboração de novos conceitos que pudesse dar conta das também novas demandas que envolvem a temática. Vale ressaltar que este artigo é o fragmento de um estudo maior que está sendo realizado no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador, que se propõe a estudar a relação inextricável e a indissocialidade do homem com o território, seja ele físico ou virtual, na dimensão participativa da democracia, a partir do estudo de caso do Fórum Social Mundial.*

PALAVRAS-CHAVE: Território; Espaço; Democracia; Ciberterritório; Ciberespaço; Ciberdemocracia; Interatividade.

INTRODUÇÃO

Para abordar as perspectivas contemporâneas de território, espaço e democracia é importante pensar que esses elementos fazem parte de uma dinâmica maior, em que também devem ser tangenciadas as noções de representação, apropriação e cidadania, visto que todos esses elementos compõem a mesma dinâmica social, de compartilhamentos, trocas simbólicas, conflitos de interesse e relações de poder.

É exatamente desta maneira que o tema será tratado aqui, de forma ampla e generalista, a partir de conceitos essenciais para o entendimento da temática proposta. Vale ressaltar que este artigo é fruto de reflexões sobre a dinâmica existente entre território, espaço e democracia, elemento que, por sua vez, se constitui em objeto de estudos e pesquisas para a elaboração de uma dissertação de mestrado que se propõe a estudar a relação inextricável e a indissocialidade do homem com o território, seja ele físico ou virtual, na dimensão participativa da democracia, a partir do estudo de caso do Fórum Social Mundial.

Este artigo, especificamente, se presta a discutir a relação espaço, território e democracia, em uma perspectiva contemporânea. Buscar-se-á, em um primeiro momento, a partir das definições e conceitos de território já difundidos, e a sua relação com a espacialidade, propor o conceito de ciberterritório, baseado na noção de ciberespaço e sua relação com as características atribuídas por diversos autores à territorialidade.

¹ Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal), especialista em Educação Superior e Novas Tecnologias, graduada em Comunicação Social/Relações Públicas, professora da Faculdade Isaac Newton, pesquisadora da área de cibercultura vinculada ao CNPq e diretora do Portal RP-Bahia.

² Mestre e doutor em Engenharia de Produção, graduado em Arquitetura e Urbanismo, é professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador. Foi consultor da OEA, Nações Unidas, União Européia e BID.

A partir do entendimento de que o espaço está para o território assim como o ciberespaço pode estar para o ciberterritório, as discussões se voltarão à compreensão das dimensões democráticas e ao modo de como as novas características do mundo globalizado têm influenciado no processo democrático contemporâneo, resgatando a sua dimensão participativa, perdida desde o fim da democracia original, vivenciada na Grécia Antiga.

Do mesmo modo que a relação entre ciberespaço e território proporcionou a elaboração do conceito de ciberterritório, conforme se verá mais à frente, a relação entre espaço e democracia possibilitou o desenvolvimento da idéia central deste artigo: de que o conceito de ciberterritório dá base ao fenômeno de alargamento da dimensão participativa da democracia na contemporaneidade, assim como na antiguidade a relação entre democracia e território dava base para a participação do cidadão, o que, segundo Habermans (1987), possibilitava a formação de uma Opinião Pública genuína. No novo ambiente virtual, o que pode possibilitar a formação da Opinião Pública é o elemento da Interatividade.

DO ESPAÇO AO CIBERESPAÇO, DO TERRITÓRIO AO CIBERTERRITÓRIO

O conceito de território, ainda que tangenciem várias dimensões, conforme sugere Albagli (2004)³, sempre esteve relacionado aos espaços físicos e à terra, desde que Ratzel (1990), a partir da noção de espaço vital – espaço fundamental para a existência dos povos e suas culturas – observou que as relações sociais são determinadas pelo espaço geográfico e, portanto, a existência humana é indissociável do território. A própria etimologia da palavra território não deixa dúvida. Segundo Albagli (2004, p.26), “o termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado”.

Para Ratzel (1990) território é uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Em consonância com Ratzel (1990), Santos (2005) entende território como a extensão apropriada e usada, que interessa ser pensada, dentre outras possibilidades, como sinônimo de espaço geográfico. Haesbaert (2002, p.131) observa ainda que “o território é visto antes de tudo como um espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais”.

A territorialidade, portanto, vem sendo abordada pelas perspectivas espaciais, regionais, relacionadas ao lugar, à cidade, ao campo ou à nação, mas, conforme já pontuado, sempre vinculada ao espaço físico e à terra, ainda que essas abordagens se dêem em diferentes escalas, sejam elas local, regional, nacional, supra-nacional ou global.

Baseadas na idéia de que a dinâmica territorial, independentemente da escala em que está se dando, pode influenciar em todas as outras escalas, novas perspectivas sobre o território começam a surgir na contemporaneidade. Não exatamente para se contrapor à importância da noção de territorialidade física nas relações humanas, indicada por Santos (2001), quando pensa processualmente as relações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, mas como forma de trazer novas reflexões que possam alargar o conceito, acrescentando as discussões sobre territorialidade elementos significativos relativos às novas dinâmicas territoriais.

³ Albagli em Território e Territorialidade observa que o território e a territorialidade podem ser vistos a partir de, pelo menos, quatro pontos de vista distintos e inter-relacionados: físico, político/organizacional, simbólico/cultural e econômico. Segundo esta autora, a dinâmica territorial resulta das interações entre essas várias dimensões.

Raffestin (1993), por exemplo, já dá indícios das possibilidades de uma ampliação significativa do conceito de território quando afirma que este não se reduz a sua dimensão material ou concreta, mas se constitui em um campo de forças, onde se dão as relações sociais.

Segundo Silva e Silva (2006), os territórios expressam um conjunto complexo e dinâmico de relações humanas em diversos aspectos e escalas, que envolvem questões complexas como o sentimento de pertencimento, relações conflituosas de interesse, perpassando pela construção de laços de coesão, de identidade que, por sua vez, estão relacionados com as relações competitivas de interesse e poder, em que estão inseridos o capital, os grupos, o trabalho, dentre outros.

Neste sentido, na medida em que as relações sociais começam a se submeter a ambientes virtuais, formados por um contingente de informações em um *locus* desassociado do espaço geográfico e físico, imagina-se que a noção de territorialidade, antes só pensada com relação ao material, também pode ser submetida a esses ambientes virtuais, uma vez que está relacionada a um espaço fidedigno de construção de cultura e de estabelecimento de relações humanas, ainda que sem relação direta com espaço geográfico, visto que são espaços de informação, elemento intangível, imaterial e metafísico.

Quando Albagli (2004) distingue conceitualmente espaço e território, ela observa, em primeira instância, a noção de espaço de Agler (1995), que atribui ao espaço um nível elevado de abstração; e, em segunda instância, a idéia de Raffestin (1993) de que o território é o espaço apropriado por atores sociais que se define e delimita por e a partir das relações de poder, em múltiplas dimensões.

Se o território pode ser pensado enquanto espaços apropriados por atores sociais para o estabelecimento das suas relações, poderia o ciberespaço também ser pensado como um espaço que abriga essas relações e, portanto, dar base ao conceito de ciberterritorialidade, não como algo que está em oposição, mas como um conceito complementar ao de territorialidade?

O primeiro autor a cunhar o termo ciberespaço, foi Willian Gibson, em 1984, em um livro do gênero de ficção científica, intitulado *Neuromancer*, muito premiado em todo o mundo. Para Gibson, que não pensou o ciberespaço como pesquisador, mas como ficcionista, o ciberespaço estava em oposição ao território, em uma visão simplista e pouco reflexiva sobre este espaço enquanto fenômeno sociológico. Gibson definiu ciberespaço como um espaço não-físico ou territorial, que se compõe de um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações circulam.

Já o sociólogo Pierre Lévy (1999), a partir de um olhar carregado de cientificidade, insere as pessoas neste novo espaço e define ciberespaço como um novo meio de comunicação que surgiu da interconexão mundial dos computadores e não compreende apenas a infra-estrutura da comunicação digital em todo o mundo, mas também o universo de informações que ela abriga, assim como as pessoas que navegam e alimentam esse universo.

Ampliando a noção de Lévy (1999), Lemos (1997) inspira reflexões importantes quando faz a tentativa de entender melhor o ciberespaço. O autor dá ao ciberespaço *status* de lugar, quando observa que,

Hoje entendemos o ciberespaço à luz de duas perspectivas: como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o

conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta (BBS, videotextos, Internet...) (LEMOS, 1997, p.4).

A partir destas reflexões, o ciberespaço pode se constituir em um *locus* virtual originado da junção de tecnologias diferenciadas de telecomunicação e informática e que, em geral, são gerenciadas por computador. É importante chamar atenção de que neste espaço boa parte da cultura mundial está sendo produzida ou nele circula, bem como é onde se dá grande parte das relações humanas na atualidade.

Além disso, é pertinente a observação de que este espaço virtual é proporcionado por uma rede física, que segundo Haesbaert (2002, p.132), “pode ser vista tanto como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo se confundir com ele, como na noção de território-rede”, defendida pelo próprio Haesbaert (1994), Souza (1995) e Veltz (1996). Haesbaert (2002) afirma ainda que a estrutura social em rede pode atuar como elemento fortalecedor do território.

Neste sentido, torna-se real a possibilidade de elaboração do conceito de ciberterritorialidade, que diz respeito a formação de um determinado território no espaço cibernético, proporcionado por uma rede física de dispositivos digitais, em que as relações humanas se estabelecem. Um ambiente virtual, intangível, onde as pessoas e instituições produzem cultura e disseminam informação e conhecimento, a partir de uma grande rede social que se forma, conforme observa Castells (1999), em escala global, mas com possibilidade de participação e inserção em todas as escalas.

É importante estabelecer que neste contexto a condição de existência humana continua sendo indissociável do território físico, como já havia constatado Haesbaert (2004), visto que mesmo o espaço de interação social sendo virtual, as pessoas que nele se relacionam e os dispositivos mediadores das relações estão em um espaço físico. O ciberterritório, portanto, apesar de se estabelecer como um conceito, deve ser encarado como uma espécie de subconjunto da noção geral de território e não como um conceito que pode sobrepujar o conceito tradicional.

Assim, fortalecer o conceito de ciberterritório torna-se cada vez mais importante, na medida que este pode se constituir em um instrumento de transformação social na contemporaneidade. Vale utilizar as idéias de Park (1987) para entender esta questão. Segundo este autor, as relações sociais são conectadas com as relações espaciais. As distâncias físicas constituem índices de distâncias sociais. Neste sentido, na medida que o ambiente cibernético possibilita pessoas que estão em diferentes locais do mundo estarem interconectadas, as relações sociais não mais deixarão de se estabelecer por causa das distâncias geográficas, visto que a relação do homem com o espaço vem gradativamente mudando e transformando a sociedade no contexto contemporâneo.

Um exemplo disso são as relações cidadãs, que vêm se transformando significativamente, segundo Lévy (1993, 1999), Castells (1999), O’Reilly (2005), Gilmmor (2007), Bruns (2005), Cobo e Pardo (2007), dentre outros autores que tratam aprofundadamente do alargamento da dimensão participativa do cidadão no cenário mundial contemporâneo, que propõe uma arquitetura de participação democrática ampliada, com maior simetria de poder, potencializada pela multiplicidade de vozes e pela pluralidade de opiniões que, por sua vez, dão base para um possível ressurgimento da democracia participativa.

DA DEMOCRACIA À CIBERDEMOCRACIA

A democracia, desde a Grécia Antiga, vem se transformando, mudando suas características, se modernizando. Passou de participativa para representativa; saiu da Ágora Grega e foi parar nos espaços institucionais dos congressos nacionais; saiu da Esfera Pública, onde formava opinião pública genuína na antiguidade, e passou, na modernidade, segundo Habermans (1987), a ser encenada, forjada através da mídia.

Toda a transformação do processo democrático, entretanto, se deu paulatinamente, ao longo de vários séculos de história. Nos últimos anos, em que muitos autores tratam de um novo processo de ruptura de padrões históricos e se fala em um novo período histórico, a pós-modernidade⁴, retomam-se algumas características da democracia original, que apesar de ser questionável em diversos pontos⁵, mantinha uma arquitetura de participação direta dos cidadãos gregos, sem eleição e representação nos espaços de poder instituídos. Volta-se, portanto, a destacar a sua dimensão participativa e é possível que se esteja criando novamente uma *Esfera Pública*⁶ para a discussão e formação de uma Opinião Pública genuína, a partir da participação direta dos cidadãos.

A diferença da dimensão participativa do processo democrático original e o que se esboça na “Nova Esfera Pública”, é que agora não é mais a Ágora, espaço de territorialidade física, que dá base aos atores sociais, mas a Internet, um espaço “territorial” virtual, caracterizado e concretizado pelo ciberespaço, que potencializa a interação social, aqui chamado de ciberterritório.

Neste ínterim, pode-se perceber que setores organizados da sociedade, como os movimentos sociais, vislumbram as potencialidades deste ambiente para a prática democrática e se apropriam do ciberterritório como campo de luta e de exercício pleno da cidadania, forjando a noção de ciberdemocracia.

CIBERDEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL

Dentre os movimentos sociais e instituições mais reconhecidas que fazem ou fizeram uso sistemático dos espaços virtuais para o exercício da ciberdemocracia estão o Movimento Zapatista, o Green Peace e o Fórum Social Mundial (FSM). Este último, surgiu para fazer contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, que discute uma agenda de desenvolvimento sócio-econômico para o planeta, apenas sobre o ponto de vista do capital, sem nenhuma ou quase nenhuma ênfase nas questões sociais.

Para o recorte específico que se buscou neste estudo, entendeu-se que o Fórum Social Mundial traria discussões mais fecundas sobre a ciberdemocracia, visto que é organizado em

⁴ Alguns autores renomados e referenciados em todo o mundo ainda contestam a existência de uma ruptura e a conseqüente inauguração de um novo período histórico na humanidade. Giddens, por exemplo, observa que os fenômenos indicados como pós-modernos podem não ser exatamente elementos de ruptura, mas a radicalização da modernidade, que cria descontinuidades e fragmenta o processo histórico, dando a falsa sensação de ruptura.

⁵ Na democracia grega apenas os gregos machos e adultos tinham poder de voz e de voto, excluindo as mulheres, os escravos e estrangeiros do processo de decisão política.

⁶ Conceito de Habermans, relacionado ao espaço de participação genuína do cidadão no processo democrático, para a formação da Opinião Pública.

redes sociais, estruturadas a partir de redes virtuais, que mantêm apenas um encontro presencial por ano, e todo o resto do tempo as articulações para a construção de uma agenda reivindicativa para o desenvolvimento social em todo o mundo, sobretudo, nos países pobres, são realizadas através das redes estabelecidas em ciberterritórios.

O FSM tem sido uma espécie de agente internacional que mantém vivas as utopias por um mundo melhor e com mais justiça e desenvolvimento social, questionando o conceito de desenvolvimento difundido pelo capitalismo neoliberal, que entende o desenvolvimento como crescimento econômico e busca se legitimar a partir de índices como o IDH⁷, que, por sua vez, utiliza metodologias complexas e dispersas para fortalecer a lógica neoliberal no contexto mundial, através de dados estatísticos que “comprovam” a sua eficiência e lhe garante a hegemonia em um mundo globalizado.

É importante observar que não existe uma definição universal de desenvolvimento. Há os que pensam que crescimento é sinônimo de desenvolvimento e aqueles que acreditam que apesar do crescimento ser condição importante para o desenvolvimento não é suficiente para garanti-lo (SOUZA, 1995). Esta última corrente prega que “o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (SOUZA, 1995, p.16).

A construção de uma rede social virtual que utiliza um processo comunicacional conversacional e dialógico como a do FSM foi beneficiada pela base tecnológica estabelecida pelo conjunto de fenômenos contemporâneos conhecido como nova ordem mundial. Segundo Friedman (2005), essa base tecnológica proporcionada pela reestruturação produtiva e pelo advento da globalização tem tornado o mundo plano, na medida que possibilita as relações sociais, políticas, econômicas e de todas as naturezas acontecerem, independentemente das distâncias geográficas que são impostas às pessoas localizadas em diferentes países. Para Friedman (2005), este processo tem empoderado os indivíduos comuns, conferindo-lhes capacidade de intervenção em escala mundial.

Talvez falar em um mundo plano seja um pouco pretensioso, quando ainda se vive em um mundo de tantas desigualdades de acesso e oportunidades, pois para as distâncias entre as pessoas se encurtarem é preciso que lhes sejam oferecidas as oportunidades de acesso as tecnologias. Mas para isso acontecer seria preciso irremediavelmente que o modelo de desenvolvimento econômico, discutido por Furtado (1974), fosse de fato universalizado e as riquezas do mundo pudessem ser distribuídas por todo o planeta, conforme se difundia, mas ao invés disso, era algo impossível de se estabelecer, pois, segundo o autor, se algo dessa natureza acontecesse “a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (FURTADO, 1974, p.19).

Se por um lado, as oportunidades de acesso as tecnologias globais e a inclusão econômica não acontecem para todos, por outro, exatamente por causa desse processo exclusivo, urge uma leitura criteriosa e sistemática dos fenômenos que estimulam a participação cidadã e o processo democrático, que valorize uma abordagem menos parcial, busque menos qualificar ou polarizar as discussões, que seja menos preocupada em atribuir *status* de bom ou ruim, de certo ou de

⁷ Índice de Desenvolvimento Humano.

errado a todas questões – a partir de uma análise dicotômica – e dê mais importância às mediações e a tudo aquilo que está entre a flecha e o alvo, entre a ciência e o senso comum.

A LÓGICA POR TRÁS DA CIBERDEMOCRACIA

Ao falar de alargamento da participação do cidadão na democracia através do conceito de ciberdemocracia, entretanto, é necessário antes de tudo entender a lógica que está por trás desse fenômeno, desvelando, por exemplo, questões paradigmáticas como a dos padrões comportamentais do consumidor da informação ao longo do processo histórico da humanidade. Lévy (1993) contempla esse processo através do que ele chama de pólos do espírito, em que analisa o homem em sua relação com o conhecimento, a partir de três pólos. A saber:

1. Pólo da Oralidade – nesta fase, os homens ainda não possuíam a técnica do registro escrito e a sua relação com o território era de subsistência. A técnica utilizada para passar o conhecimento de geração em geração era a da repetição oral. Para manter um conhecimento vivo, era preciso repeti-lo constantemente, fazê-lo circular nos espaços de convivência e difundi-lo para o maior número de pessoas possível.

2. Pólo da Escrita – chega a técnica do registro escrito. Esta técnica exige uma contextualização maior da informação passada, para que ela possa ser válida, pois um registro escrito pode atravessar muitas gerações, sem ser modificado, e adaptado a outras realidades e contextos territoriais pertinentes a questões relativas à relação tempo-espço. Além disso, a escrita favorece a estrutura linear. O conhecimento é desenvolvido em seqüências preestabelecidas, que se sucedem linearmente, uma após a outra.

3. Pólo Informático-mediático – o tempo é real, não há retardo. As informações estão sempre disponíveis, mas sem que precisem seguir um caminho predeterminado, seja circular ou linear. A verdade é relativizada, pois é possível a cada um interferir no processo comunicativo, agregando seu ponto de vista. Além disso, potencializa importantes elementos como a interatividade técnica e social. A sua principal característica é a apresentação das informações de forma fragmentada. O processo de comunicação neste pólo se estabelece numa estrutura rizomática, em que as informações estão interconectadas e os atores envolvidos no ato comunicativo formam redes de sociabilidade, disseminando estas informações.

Perceba que a análise do processo histórico das formas de apreensão do conhecimento humano, a partir do construto teórico de Lévy (1993), leva as pessoas a crerem que estão num momento de transição, na passagem do pólo da escrita para o pólo informático-mediático. É interessante, entretanto, observar que não há homogeneidade neste processo de transição do segundo para o terceiro pólo e que mesmo tendo a certeza de que as tecnologias digitais chegaram para ficar, não se pode abrir mão, pelo menos a princípio, de se constatar que os modos analógicos de comunicação e difusão de informação não estão com os dias contados como pode parecer, pois a metáfora está na base da constituição dos signos e dos símbolos e, neste sentido, certamente, os modos analógicos permanecerão.

Importa neste momento, para um melhor entendimento deste estudo, compreender que nesta passagem do pólo da escrita para o pólo informático-mediático existem duas lógicas conflitantes e em oposição. A *lógica do determinismo tecnocrático*, em que se seguem caminhos pré-determinados e está ligada ao pólo da escrita; e a *lógica da sedução, do desvio*, em que se

pode desviar dos percursos tradicionais, seguir caminhos alternativos e está ligada ao pólo informático-mediático.

O conhecimento produzido neste novo pólo, segundo Ribeiro, Chamusca e Carvalho (2006), “assume o formato do hipertexto que, por sua vez, é construído com base na *lógica da sedução, do desvio*”. A sua estrutura é essencialmente não-linearizada, não-seqüencial e ramificada, permitindo aos cidadãos escolherem caminhos diferenciados no “consumo” das mesmas informações, e, conseqüentemente, tornam-nas diferentes, o que dá indícios de uma cultura interativa que se forma nesses novos ambientes que, por sua vez, dá base ao processo democrático no ciberespaço.

A CIBERDEMOCRACIA E A INTERATIVIDADE

Através de uma análise mais acurada, percebe-se que toda a discussão que envolve o alargamento da participação democrática do cidadão está centrada essencialmente na noção de interatividade em ciberterritórios. A interatividade discutida na contemporaneidade, ao contrário do que se pode imaginar, não está apenas relacionada às interações sociais, que são estabelecidas nos ciberterritórios, mas também com interações técnicas através de dispositivos digitais. Estes diretamente ligados a territórios físicos.

A relação tradicional estabelecida por alguém que produz a informação (produtor) e alguém que consome a informação (consumidor) vem sendo transformada, gradativamente, pelas tecnologias informacionais digitais. A cada dia, os papéis vêm sendo hibridizados nessa relação. O cidadão vem, gradativamente, passando do papel passivo de mero “consumidor” da informação, daquele que a ouvia e não requeria nenhuma participação no seu conteúdo, para o papel de “consumidor” ativo, que agora quer interagir, participar das discussões e modificar o conteúdo das informações produzidas.

Para se entender melhor esta questão, pode-se utilizar Lemos (2005), que propõe uma subdivisão da interatividade em cinco níveis, em que cada um corresponde ao grau de aprofundamento da interação técnica do indivíduo com um determinado dispositivo, começando do nível zero, onde a interação é ínfima, indo até o nível quatro, onde se pode perceber a interação total, via telemática, em que a relação do indivíduo com o conteúdo que está sendo veiculado é de intervenção e não mais de contemplação. Seguindo essa perspectiva, acredita-se que ao concretizar uma relação no último nível de interatividade, os papéis do produtor e do consumidor de informação tornam-se híbridos, pois os agentes passam a atuar de maneira dupla no processo.

Todo esse processo de empoderamento que o cidadão comum passa a fazer parte ao ingressar na rede e ocupar os ciberterritórios pode se tratar da possibilidade real da democratização da informação e da real liberdade de opinião e expressão, uma vez vencidas as questões relacionadas às desigualdades sociais e à exclusão que estas ainda impõem a uma grande parte da população do planeta. Vale frisar que está se trabalhando essas informações no campo das possibilidades, visto que muitas vezes há constatações de que o processo democrático, na prática, pode não estar sendo plenamente desenvolvido e contemplando o conjunto da sociedade.

Friedman (2005, p.178) afirma que “nunca antes, na história do mundo, tanta gente – por conta própria – teve a possibilidade de encontrar tantas informações sobre tantas coisas e sobre tantas outras pessoas”. Sobre isso, Ribeiro, Chamusca e Carvalho (2006) observam que ao mesmo tempo em que revelam novas possibilidades exploratórias de participação, os ciberterritórios solicitam do cidadão uma prática diferenciada, haja vista que demandam um engajamento maior na composição dos blocos informacionais a serem absorvidos dentro do vasto leque de opções disponíveis. Mais uma vez, a dinâmica da participação ativa na construção e desenvolvimento dos processos se faz presente.

É neste contexto em que a interatividade é o centro de todas as discussões que se especula a possibilidade de alargamento da participação do cidadão comum no processo democrático, bem como a apropriação destas ferramentas pelos movimentos sociais como campo de luta e exercício pleno da cidadania, fortalecendo a cada dia o conceito de ciberdemocracia como deflagrador do processo de resgate da democracia participativa e até do surgimento de uma nova Esfera Pública, que possa dar conta de uma Opinião Pública real e genuína.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dinâmica existente entre território, espaço e democracia, todo o processo de construção social é estabelecido em parâmetros de alta complexidade, visto que ela contempla relações de interesse e poder, em várias dimensões e instâncias. No contexto contemporâneo, esta dinâmica envolve alguns novos elementos que, por sua vez, exigem dos pesquisadores e estudiosos do tema, um esforço de articulação de novos conceitos e aplicações para dar conta das demandas advindas da complexificação ainda maior do processo.

Baseado em conceitos já difundidos de território em sua relação com o espaço e do advento do ciberespaço, este estudo propõe um novo conceito para reflexão: o conceito de ciberterritório. A novidade é que este vem na contramão dos equivocados discursos apocalípticos que indicam o fim da geografia, por conta da queda dos limites geográficos e territoriais, possibilitada pelas tecnologias informacionais digitais e do conseqüente encurtamento das distâncias entre as pessoas em todo o mundo. Ao contrário disso, propõe um alargamento da sua área de atuação, na medida que propõe que este seja um novo campo de estudo da geografia, visto que também se trata de relações territoriais e espaciais em interface com as relações humanas.

O novo conceito além de desmistificar a virtualização completa das relações que se dão no ciberespaço, na medida que observa que tanto as pessoas quanto os dispositivos utilizados para o acesso a esse ambiente virtual estão necessariamente e diretamente ligados ao território, também reconhece que é apenas um conceito complementar ao conceito central de território já existente, sem a pretensão de substituí-lo, mas interligando-os a partir do entendimento de que o ciberespaço é um *locus* onde se estabelecem relações sociais, políticas, econômicas, dentre outras, e é, portanto, um espaço dinâmico de construções e trocas simbólicas que podem se constituir em uma espécie de território cibernético.

A partir da perspectiva contemporânea que possibilitou a construção simbólica da noção de espaço ao ciberespaço, e do território ao ciberterritório, as discussões sobre o uso dos ciberterritórios para o alargamento da dimensão participativa da democracia se tornam muito

fecundas, visto que neste ambiente se insere, conforme visto, o elemento da interatividade, que permite elevados níveis de participação no fluxo da informação que circula em todo o planeta.

Entre a democracia moderna e a ciberdemocracia, portanto, há um extenso campo de estudo que diz respeito ao comportamento dos cidadãos da Era Cibernética, que requerem cada vez mais participação e buscam traços identitários nos ciberterritórios, que participam, circulam e ocupam por meio das suas intervenções na rede. Esta participação lhes conferem status de cibercidadãos, com cada vez mais poder de opinião e expressão no contexto da democracia.

REFERÊNCIAS

AGLER, B. A. Surveys to Monitor Marine Bird and Sea Otter Abundance in Prince William Sound during Winter and Summer 1996. Detailed Project Description for 9159. *Exxon Valdez* Oil Spill Trustee Council, Anchorage, Alas, 1995.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

BRUNS, Axel. **Gatewatching**: collaborative online news production. Nova York: Peter Lang, 2005
CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COBO ROMANI, Cristóbal; PARDO KUKLINSKI, Hugo. **Planeta Web 2.0**. Inteligência coletiva o médios fast food. Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México. Barcelona / México DF, 2007.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é Plano** – Uma Breve História do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GILLMOR, Dan. Nós, Os Media. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994. pp. 206-214

LEMOS, André. A interatividade e as interfaces digitais. Disponível em:
<<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>> Acessado em 29 de abril de 2005.

LÉVY, Pierre: As Tecnologias da Inteligência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0. Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. O'Reilly Publishing, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, José Carlos; CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. As tecnologias contemporâneas de comunicação e as mudanças na "produção" e no "consumo" de informações. In: CIMADEVILLA, Gustavo (organizador). **Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento** – discussões do novo século. Rio Cuarto, ALAIC/UNRC, 2006.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, S. C. B. M. ; SILVA, B. N. . Estudos sobre globalização, território e Bahia. 2ª edição ampliada. 2. ed. Salvador: Mestrado em Geografia, 2006.

VELTZ, P. **Mondialisation, Villes et Territoire**: l'économie d'archipel. Paris, PUF, 1996.